

## VII CNP: Espaço de participação dos psicólogos

*Em 2010, acontecerá o VII Congresso Nacional de Psicologia. O CNP, que ocorre a cada três anos, é a maior oportunidade para os psicólogos contribuírem na construção das diretrizes que nortearão os conselhos de Psicologia. Por essa razão, o Sistema Conselhos convida toda a categoria a participar - Páginas 3 a 13*



COREP 2007/Arquivo CRP-RJ

**CRP-RJ discute manicômios judiciais em Niterói**  
- Pág. 15

**CRP-RJ comemora o Dia da Consciência Negra**  
- Pág. 16

**Seminário de Direitos Humanos: Psicoterapia como pena** - Pág. 19

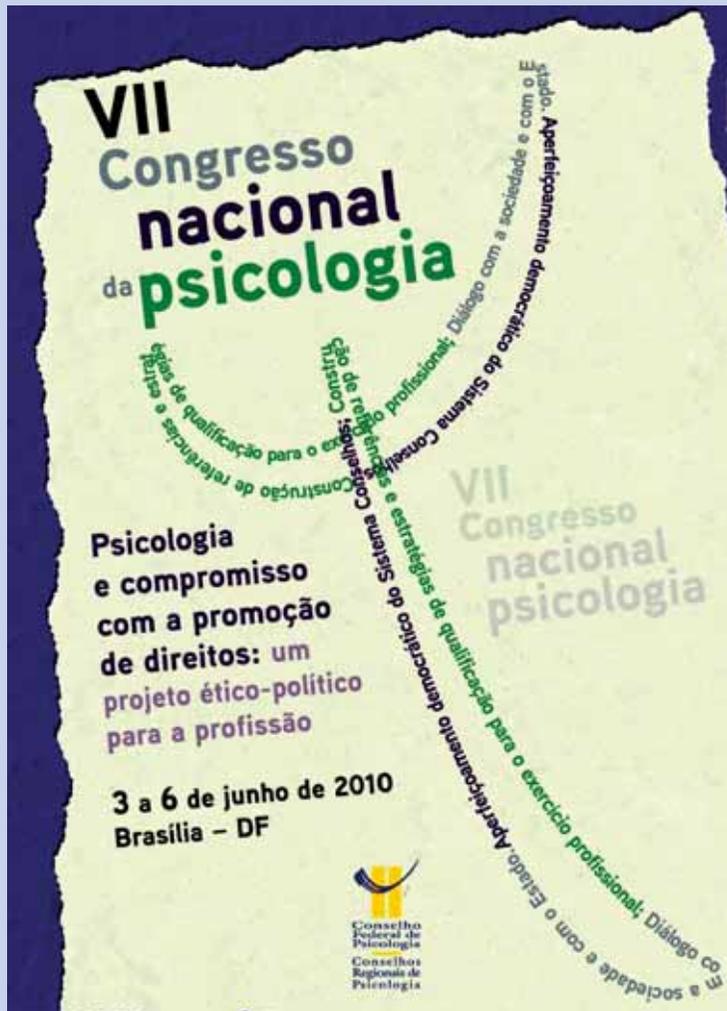
**Sistema Conselhos se posiciona novamente contra o Ato Médico** - Pág. 20

## VII CNP: assumindo a Psicologia com paixão

Este número do Jornal do CRP-RJ convida a categoria do estado do Rio de Janeiro a participar do processo do Congresso Regional de Psicologia (COREP), que desembocará no VII Congresso Nacional de Psicologia (VII CNP), e traz um balanço das atividades realizadas pelo CRP-RJ desde o VI CNP, em 2007.

Dito desta maneira, corre-se o risco de que considerem nossos leitores – sem falsa modéstia, nós os temos, e cresce o número deles – tratar-se de um documento frio, rígido, protocolar, burocrático-administrativo: o CRP-RJ enumera as atividades que realizou, listando-as todas, ou selecionando as consideradas mais importantes, informando sua data, local de realização, público atingido-presente etc., terminando com votos de apreço e louvor ao conselho-presidente, à Diretoria-Executiva, ao Plenário etc. etc. etc.

O que tentamos tem outro registro: pretendemos mostrar a atuação do CRP-RJ no seu esforço por concretizar os princípios e compromissos políticos e de gestão com os quais nos apresentamos diante da categoria, nas eleições de 2007. Naquele momento, afirmamos nosso compromisso social, o que implicava numa Psicologia inserida no dia-a-dia da vida das camadas mais sofridas e desassistidas da nossa população: os pobres, os moradores da periferia e das comunidades de morros, os desde sempre excluídos, discriminados, oprimidos e explorados.



Isto implica em assumir a Psicologia com paixão, e uma Psicologia viva, pulsante, vibrante, tecida na práxis social, absolutamente diferente do modelo que se construiu e impôs durante cerca de 20, 30 anos após a regulamentação da profissão – uma disciplina asséptica, “limpa”, “científica”, na acepção mais negativa do termo: neutra, objetiva, mantendo ciosamente o seu afastamento diante das situações candentes de problemas que assolavam a maior parte da população brasileira, e que exigiam sua presença e intervenção.

É deste modo que gostaríamos que os relatos que apresentamos fossem vistos pela categoria; e esperamos um retorno, críticas, sugestões, observações, que podem ser preciosos subsídios para correção de rotas.

### Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280  
Tel/Fax: (21) 2139 5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br  
site: www.crprj.org.br

#### Diretoria Executiva:

Lygia Santa Maria Ayres - presidente - CRP 05/1832  
Vivian de Almeida Fraga - vice-presidente - CRP 05/30376  
Lindomar Expedito Silva Darós - tesoureiro - CRP 05/20112  
Maria da Conceição Nascimento - secretária - CRP 05/26929

#### Membros Efetivos:

Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427  
Eliana Olinda Alves - CRP 05/24612  
Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453  
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767  
José Novaes - CRP 05/980  
Marcia Ferreira Amendola - CRP 05/24729  
Marília Alvares Lessa - CRP 05/1773  
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995  
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - CRP 05/26077  
Samira Younes Ibrahim - CRP 05/7923  
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376  
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

#### Membros Suplentes:

Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/0465  
Ana Maria Marques Santos - CRP 05/18966  
Elizabeth Pereira Paiva - CRP 05/4116  
Érika Piedade da Silva Santos - CRP 05/20319  
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027  
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564  
Vanda Vasconcelos Moreira - CRP 05/6065

#### Comissão Editorial:

José Novaes  
Marília Alvares Lessa  
Rosilene Cerqueira

#### Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

#### Projeto Gráfico

Octavio Rangel

#### Redação

Bárbara Skaba (jornalista)  
Felipe Simões (estagiário)  
Ana Carolina Wanderley (estagiária)

#### Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.  
(21) 2232-3866 / 3852-6820

#### Impressão

Editora EDIOURO

#### Tiragem / Periodicidade

30.000 exemplares / Bimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

### Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail [ascom@crprj.org.br](mailto:ascom@crprj.org.br)

# VII CNP: Espaço de participação dos psicólogos

Em 2010, os psicólogos têm um compromisso: contribuir diretamente para o avanço da Psicologia, enquanto ciência e profissão. Isso porque, neste ano, ocorre o VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos, o CNP acontece de três em três anos (em anos de eleições) e define as diretrizes para a profissão e para as gestões dos conselhos no triênio seguinte.

As ações do Sistema Conselhos de Psicologia são pautadas, em todo o país, pelo compromisso social e pela aproximação com a categoria. Esse projeto é aperfeiçoado a todo momento, no cotidiano do exercício profissional e nas políticas implementadas pelos Conselhos Regionais e Federal. E esses compromissos são renovados nos CNPs, a partir do que a categoria demanda que o Sistema Conselhos pense e execute.

Mas como o CNP chega às suas deliberações finais? Como elas afetam os psicólogos? Como é possível participar? Apesar da importância do Congresso, essas são questões que nem toda a categoria sabe como responder.

O CNP é uma conquista democrática dos psicólogos brasileiros. Iniciado em 1994, ele envolve toda a categoria, que levanta questões a serem discutidas, elabora e vota teses e elege delegados. O Sistema Conselhos de Psicologia é a única entidade de representação profissional que se organiza desse modo, garantindo a participação da categoria na elaboração das diretrizes da profissão.

“O CNP foi instituído para que a categoria pudesse participar das formulações das diretrizes que norteiam as frentes de trabalho do Sistema Conselhos. O Congresso é o momento em que a categoria é chamada a opinar sobre que projetos gostaria de ver o Sistema Conselhos implementando para fazer avançar a profissão no país”, afirma Humberto Verona, presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Apesar de essa forma de organização não estar presente na legislação que criou o Sistema Conselhos (Lei 5.766/71), ela foi decidida a partir da percepção de que era necessária uma maior aproximação com



os psicólogos. Em 1991, os Conselhos Regionais se reuniram e optaram pela realização de um Congresso Nacional Constituinte, que modificaria as leis que regulavam a profissão. Esse Congresso, ocorrido em 1994, foi instituído como I CNP e acabou não resultando na mudança da legislação, mas no compromisso de realizar um CNP em cada ano de eleição. A partir do II

CNP, teve início o processo de descentralização do Sistema Conselhos.

Esse processo possibilitou diversas mudanças no funcionamento dos conselhos. As eleições passaram a estar ligadas ao CNP, período em que as chapas se inscrevem como candidatas e se comprometem a seguir as diretrizes definidas caso assumam a nova gestão. “Com o CNP, são os psicólogos que

dizem às gestões dos Conselhos que ações eles querem ver desenvolvidas. Independentemente da gestão que entre, ela precisa seguir as diretrizes nacionais”, coloca a conselheira Vivian Fraga, presidente da Comissão Organizadora das atividades no CRP-RJ.

Nessa perspectiva democrática, também foi implementada, na prática, a eleição direta para o Conselho Federal, que até então era feita de forma indireta, pelos conselheiros dos CRPs (veja mais sobre as eleições no box da página 4).

Outra mudança que veio no bojo do CNP foi a instituição da

Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). “Do ponto de vista legal, as APAFs são chamadas de Colegiado de Conselhos Regionais, que é o nome que a Lei 5.766/71 dá. Mas elas funcionam de forma mais ampla do que o previsto na Lei. Podemos dizer que é um avanço da própria categoria na

sua organização democrática. Temos o CNP a cada três anos e as APAF ocorrem duas vezes por ano, conferindo se o Sistema Conselhos está ou não cumprindo as deliberações que o último CNP fez”, explica Verona.

Todas essas transformações que visaram à democratização do funcionamento do Sistema Conselhos ocorreram a partir da percepção do CFP e dos CRPs de que a categoria precisava ser incluída no processo de decisão dos rumos da profissão.



**“O CNP é o momento em que a categoria é chamada a opinar sobre que projetos gostaria de ver o Sistema Conselhos implementando para**

**fazer avançar a profissão no país”.**

**Humberto Verona**

No entanto, elas ainda não estão oficializadas. Por essa razão, o Sistema propôs ao poder Executivo que essas mudanças fossem incluídas na Lei 5.766/71. A demanda foi aceita e o projeto de substitutivo da Lei foi elaborado na Casa Civil, de onde parte para tramitar na Câmara e no Senado federais. Essa é uma forma de garantir que essas instâncias

de participação, como o CNP e a APAF, sejam sempre respeitadas por gestões futuras dos Conselhos.

### Etapas do CNP

O CNP é a última fase de um processo, que começa com etapas regionais e busca participação das bases. Dessa forma, cada Conselho Regional realiza eventos preparatórios, pré-congressos e um Congresso Regional. Veja a seguir como se estruturam as etapas do CNP.

### Eventos preparatórios

Realizados por cada Conselho Regional, os eventos preparatórios têm como objetivos mobilizar a categoria e debater temas relacionados à Psicologia. A partir dos debates, as questões levantadas pelos psicólogos podem e devem ser transformadas em teses por qualquer um dos par-

ticipantes.

Desde agosto de 2009, os eventos do CRP-RJ vêm sendo considerados como preparatórios para o COREP. Nesse sentido, já foram realizadas atividades sobre relações raciais, Psicologia do Esporte, testes psicológicos, formação do psicólogo, diversidade sexual, mídia, saúde suplementar, exame criminológico e Educação (leia sobre os eventos preparatórios realizados nas páginas 6 e 7). Acontecerão eventos preparatórios até fevereiro de 2010, quando têm início os pré-congressos.

Até dez dias antes da realização do primeiro pré-congresso, os psicólogos interessados podem ainda escrever teses a partir do modelo presente no site [www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br) (leia mais sobre as teses no box da página 5). Todos os psicólogos regularmente inscritos no CRP-RJ podem enviar teses.

## Eleições para os Conselhos de Psicologia

Os anos em que ocorrem os Congressos Nacionais de Psicologia são os mesmos em que ocorrem as eleições no Sistema Conselhos. Essa relação não ocorre por acaso, já que as diretrizes definidas no CNP são as que vão orientar as gestões dos Conselhos Regionais e Federal no triênio seguinte. Assim, ao se candidatar, cada chapa já assume o compromisso de respeitar aquilo que a categoria propôs e aprovou.

Em 2010, mais uma vez, os(as) psicólogos(as) terão a oportunidade de escolher o Plenário do Conselho Regional no qual é inscrito, além do Plenário CFP. No Rio de Janeiro, será eleita no início do ano uma Comissão Regional Eleitoral (CRE), encarregada de organizar o processo de eleições no CRP-RJ. Essa comissão será escolhida na Assembleia Geral Extraordinária aberta à categoria, que será realizada no dia 29 de janeiro de 2010.

As chapas para os CRPs terão 60 dias para se inscrever junto à CRE. Esse prazo inicia-se com a divulgação do edital que convoca a categoria para a eleição (a Assembleia Geral, como é denominada pelo Regimento Eleitoral), e termina no último dia do COREP.

Os pré-requisitos e o processo para uma cha-

pa se candidatar, bem como o regimento eleitoral, serão publicados em breve no site do CRP-RJ ([www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br)). Cada chapa inscrita terá igual espaço de divulgação nos veículos de comunicação do CRP-RJ, permitindo aos psicólogos conhecerem todas as propostas.

A eleição ocorrerá no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, em zonas eleitorais distribuídas por todo o estado. O voto é individual, secreto e obrigatório. Podem votar todos os psicólogos inscritos regularmente no CRP-RJ. A chapa vencedora tomará posse em setembro, assumindo, assim, a gestão do Conselho pelos próximos três anos.

Apesar de estar estabelecido em Lei que a eleição para o CFP é indireta, através do voto de delegados dos Conselhos Regionais na APAF de dezembro, desde que teve início o processo de democratização do Sistema Conselhos essa escolha é feita pela categoria, através de uma consulta realizada junto com a eleição para os CRPs. Na

APAF de dezembro, os delegados regionais homologam o resultado dessa consulta.

“Como o psicólogo diz diretamente qual grupo ele quer que fique na condução do Conselho

Federal, quando realizamos a APAF, a Assembleia que vai referendar as eleições, há um acordo para que os delegados que vêm dos regionais referendem a decisão que a categoria tomou nas urnas”, diz Humberto Verona, conselheiro-presidente do CFP.

Ele ressalta que, apesar de

nunca ter ocorrido, poderia acontecer de os delegados não aceitarem o resultado da consulta e elegerem outra chapa na APAF. “Por isso, as mudanças na Lei 5.766/71 estão contemplando as eleições para o CFP. Na nova Lei 5.766, vai ser oficializada a eleição direta para o CFP também, como ocorre nos Regionais”. O presidente do CFP aponta, portanto, para uma conquista democrática do Sistema Conselhos e da categoria a ser incorporada na revisão da Lei 5766/71.



## Pré-congressos

Os pré-congressos, que acontecem em cada área geográfica do estado nos meses de fevereiro e março, são a fase em que as teses regionais são debatidas e votadas. Psicólogos regularmente inscritos no CRP-RJ e estudantes podem participar dos eventos.

Esses eventos elegem ainda os delegados que representarão sua área geográfica no Congresso Regional. O número de delegados varia de acordo com o número de psicólogos inscritos na região e o quorum no evento – daí a grande importância da participação.

As propostas aprovadas nos pré-congressos são enviadas à Comissão Organizadora Nacional para serem sistematizadas em um relatório, que é encaminhado às Comissões Organizadoras Regionais e discutido no COREP.

## Congresso Regional de Psicologia

Cada Conselho Regional realiza um COREP, do qual participam apenas os delegados eleitos nos pré-congressos. No COREP, esses delegados avaliam e votam as teses nacionais, ou seja, o relatório da Comissão Nacional que reúne as teses de todos os CRPs.

No COREP, são eleitos ainda os delegados que participarão do VII CNP.

## Congresso Nacional de Psicologia

No CNP, realizado em Brasília, são debatidas e votadas as teses aprovadas nos COREPs. Apenas os delegados eleitos nos Congressos Regionais têm direito a voz e voto na plenária de votação, mas estudantes podem participar nos grupos de trabalho. As propostas aprovadas pela plenária são, então, reunidas em uma cartilha que orientará as gestões eleitas para os Conselhos Regionais e Federal.

O VII CNP terá como tema “Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão”. Essa temática foi escolhida com o objetivo de ampliar a possibilidade de construir propostas efetivas às necessidades sociais, sob a ótica da inclusão social.

## Como participar

### Psicólogos

A categoria pode se inserir no processo dos congressos – COREP e CNP – de três modos. O primeiro é a apresentação de teses, a que todos os psicólogos inscritos regularmente no CRP-RJ têm direito. Para tanto, basta preencher o formulário – disponível no site [www.crp.rj.org.br](http://www.crp.rj.org.br), no Conselho e nos eventos preparatórios – e enviá-lo preenchido para o CRP-RJ.

Na tese, o psicólogo deve apontar uma situação-problema, diretrizes para a ação do Sistema Conselhos acerca da questão e possíveis encaminhamentos para alcançar esses objetivos (veja abaixo um exemplo de tese). É importante ressaltar que não se devem confundir as teses do CNP com teses acadêmicas – as primeiras são apenas propostas que os psicólogos apresentam a partir de um formulário.

A segunda maneira de participar do CNP é se eleger delegado. Os interessados devem comparecer ao pré-congresso de sua área geográfica e se candidatar para representar a região no Congresso Regional. O número de delegados varia de acordo com a quantidade de psicólogos da região e o quorum do evento.

Durante o COREP, os escolhidos podem ser eleitos, ainda, como delegados para o CNP. O CRP-RJ poderá levar até 26 delegados a Brasília. O papel dos delegados é o de defender as teses enviadas por sua região e participar da construção de novas propostas a partir das teses de outros estados.

O comparecimento aos eventos preparatórios e pré-congressos, onde há a possibilidade de discutir e votar

nas teses e nos delegados, é a terceira forma de participação. Todos os psicólogos inscritos regularmente no CRP-RJ têm direito a voz e voto nessas instâncias.

### Estudantes

Apesar de não poderem enviar teses, os estudantes de Psicologia regularmente matriculados em instituições de ensino superior podem participar dos eventos que compõem o processo do CNP. Tanto nos eventos preparatórios e pré-congressos quanto no CNP, esses alunos podem estar presentes como observadores, preparando-se para participar efetivamente quando forem profissionais. Nos pré-congressos, podem integrar ainda os grupos que discutirão os eixos temáticos do VII CNP.

**VII Congresso Regional de Psicologia**  
**FORMULARIO PARA ELABORAÇÃO DE TESES**

NOME:  CRP Nº 05 /

REGIÃO DO PSICÓLOGO:

<input checked="" type="checkbox"/> Capital	<input type="checkbox"/> Baixada	<input type="checkbox"/> Região Serrana
<input type="checkbox"/> Niterói/Região dos Lagos	<input type="checkbox"/> Médio Paraíba	<input type="checkbox"/> Norte Fluminense

EIXO ESCOLHIDO: (apenas 1 opção por formulário)

<input type="checkbox"/> Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos;
<input checked="" type="checkbox"/> Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional;
<input type="checkbox"/> Diálogo com a sociedade e com o Estado.

TEMA DA TESE:

*Psicologia do Esporte*

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA (NO MÁXIMO 200 PALAVRAS)

*A Psicologia, no Brasil, encontrou no esporte uma área de atuação desde a década de 50, porém, até hoje os psicólogos que trabalham na área encontram grandes dificuldades de inserção no mercado e de troca de conhecimento e experiências. Muitos profissionais de outras áreas ocupam o campo no lugar dos psicólogos sem o embasamento necessário, mesmo os cursos de graduação em Psicologia não oferecem as disciplinas básicas para instrumentalização dos futuros psicólogos. Além disso, a mídia dissemina um “saber psi” muitas vezes equivocado, diminuindo, cada vez mais, os espaços do psicólogo nesta área. Os psicólogos que atuam nesta área também ficam praticamente restritos à atuação nos esportes de alto rendimento, ficando outras áreas de atuação, como lazer, reabilitação e esporte escolar, ainda mais negligenciados.*

DIRETRIZ(ES) PARA A AÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS (objetivos)

<p>1-Mapear as áreas de atuação e inserção dos psicólogos que trabalham com esporte e lazer, promovendo posteriormente os encaminhamentos necessários;</p> <p>2-Promover maior esclarecimento/divulgação sobre as atividades do psicólogo do esporte junto à categoria aos profissionais potencialmente constituintes de equipe interdisciplinar e à sociedade em geral.</p>
--

ENCAMINHAMENTOS (Para alcançar esses objetivos):

<p>1- Promover uma pesquisa para mapear as áreas de atuação dos psicólogos que trabalham com o esporte e atividade física, as necessidades e dificuldades, com seus devidos encaminhamentos;</p> <p>2- Promover eventos que contemplem as práticas do psicólogo na área esportiva e fortaleçam a produção de conhecimento neste campo.</p>
--

“O tema foi escolhido na APAF de maio. Já existe hoje na profissão, no Brasil, um norte, definido em congressos anteriores, que é o do compromisso social da Psicologia. Há um consenso construído no debate de que não é possível pensar o aprimoramento da nossa profissão, do ponto de vista técnico e científico, sem o comprometimento político com a realidade social brasileira. Essa perspectiva já vem atravessando todos os temas dos CNPs. E, no VII CNP, seguindo essa mesma lógica, os delegados presentes na APAF entenderam que deveríamos colocar a questão dos direitos como sendo o foco, dentro desse projeto de compromisso social”, esclarece Humberto Verona.

As discussões do CNP são divididas em eixos. No VII Congresso, os eixos serão: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional; e Diálogos com a Sociedade e com o Estado.

O primeiro eixo tem como objetivo dar sequência à democratização pela qual o Sistema Conselhos vem passando. A categoria já conquis-

tou uma gama de melhorias nesse sentido e, para que elas continuem, é preciso a participação dos psicólogos. Por isso, os profissionais têm a oportunidade de enviar teses que se refiram à reformulação ou contribuição de formas democráticas de estrutura e funcionamento do Sistema.

O eixo 2 busca a qualificação constante do exercício da profissão, fortalecendo a presença dos psicólogos nos espaços da sociedade que lhe couberem. Ninguém melhor do que o próprio psicólogo, que vive o dia-a-dia da profissão, para definir que avanços precisam ser feitos. Assim, é possível enviar teses que proponham referências e estratégias de qualificação nas diversas áreas de atuação do psicólogo.

O terceiro e último eixo trata das relações entre a Psicologia e os diversos atores sociais, levando em conta um projeto relacionado às questões políticas e sociais. Ou seja, tem relação com a Psicologia comprometida com uma sociedade mais justa e com menos desigualdades. As teses desse eixo devem levar em conta um projeto coletivo para a profissão.

**“Temos um projeto político que é da coletividade. A categoria participar rompe o status, comumente observado no Brasil, de uma**



**representatividade sem participação.”**

**Vivian Fraga**

Como afirma Verona, cada eixo tem sua importância. “Os três eixos foram acertadamente decididos pela APAF. Um eixo vai trabalhar o ‘para dentro’ - como continuar trabalhando a qualificação da profissão dentro dos princípios éticos, técnicos e políticos - e diz respeito aos nossos campos de atuação e à nossa produção científica. Outro eixo vai cuidar de continuar avançando a democracia dentro do Sistema. E o terceiro vai falar do ‘para fora’ - como deve ser a nossa relação com os outros atores sociais do país, ou seja, como nos relacionaremos com as políticas públicas, com os

## Eventos preparatórios para o COREP

Desde agosto de 2009, o CRP-RJ vem realizando eventos preparatórios para o Congresso Regional de Psicologia (COREP). Esses encontros temáticos têm como objetivo estimular uma reflexão sobre questões relativas à Psicologia. As propostas levantadas podem virar teses a serem debatidas nos pré-congressos. Veja alguns dos temas debatidos nos eventos preparatórios.

### Psicologia e Relações Raciais

O GT de Psicologia e Relações Raciais organizou cinco eventos preparatórios que debateram questões relativas ao tema. No dia 5 de agosto, houve uma roda de conversa sobre “Juventude Negra e Segurança Pública”. Em 23 de setembro, foi debatido “Relações raciais, subjetividade e educação”. Já o tema “Psicologia e Saúde da população negra” foi abordado em dois eventos, nos dias 8 de outubro, no Rio, e 17 de novembro, em

Nova Iguaçu. E, comemorando o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), aconteceu o encontro Consciência Negra: subjetividade e racismo em debate, em 25 de novembro (veja mais na página 16).

### Psicologia do Esporte

As palestras do ciclo Lance-Livre, realizado pelo GT de Psicologia do Esporte, também foram eventos preparatórios. Aconteceram encontros sobre “Esporte e Diversidade Sexual” (17 de agosto), “Envelhecimento, esporte e atividade física” (31 de agosto), “Álcool e drogas no esporte” (14 de setembro) e “A utilização de testes psicométricos no esporte” (28 de setembro).

### Direitos Humanos

O último Trocando em Miúdos do ano, organizado pela Comissão Regional de Direitos Hu-

manos, debateu os testes psicológicos, em 29 de agosto, na Universidade Federal Fluminense (UFF) de Rio das Ostras. Foi realizada ainda uma roda de conversa sobre Psicologia e Diversidade Sexual, no dia 7 de outubro, com o tema “Processo transexualizador - patologia ou saúde?”, que propôs uma reflexão sobre as interfaces entre a Psicologia e a patologização de transexuais.

### Formação do psicólogo

A Comissão de Estudantes do CRP-RJ promoveu encontros preparatórios em que foram discutidas situações que atravessam a formação em Psicologia. No dia 16 de setembro, foi debatido “Formação e Ética”, enquanto a atividade do dia 11 de novembro abordou “Formação e Direitos Humanos”. A ideia é levar para o COREP a discussão sobre como são formados os futuros psicólogos, através da apresentação de teses nos pré-congressos.

diversos gestores, com movimentos sociais etc.”, declara o presidente do CFP.

### O processo do CNP no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a Comissão Organizadora já envolveu todo o CRP e convoca a categoria a participar. “Criamos uma metodologia na qual pudéssemos implicar todo o Conselho. Os funcionários, por exemplo, orientam os psicólogos que chegam para atendimento sobre os processos do CNP e explicam como escrever teses. Os eventos das comissões também se configuram como eventos preparatórios ou pré-congressos”, explicou Vivian Fraga. “Essa metodologia tem surtido efeito. Já começamos a receber teses nos nossos eventos”.

A conselheira acredita ainda que a nova metodologia, pensada para mobilizar mais os psicólogos, pode contribuir para aumentar a participação da região no CNP. “Nosso objetivo é ir ao CNP com o número máximo de delegados. No VI CNP, tivemos pouca participação da categoria do Rio de Janeiro. Mas acho que já temos algumas mudanças, como o fato de já estarmos recebendo

teses. Avaliou-se que não era só uma questão de pouco interesse de participar, mas da metodologia que estava sendo utilizada. Então, fizemos uma aposta e mudamos”.

Esse esforço foi implementado porque o CRP-RJ acredita que, sem participação da categoria, o CNP não faz sentido. “Temos um projeto político que é da coletividade. A categoria participar rompe o *status*, comumente observado no Brasil, de uma representatividade sem participação. Nós efetivamente conseguimos fazer uma representatividade escutando quem sustenta esse Conselho”, diz Vivian.

Além disso, quanto maior a participação, mais delegados o estado poderá enviar ao VII CNP. O Rio de Janeiro poderá levar até 26 delegados a Brasília e, para isso, precisa haver 352 delegados no COREP. “Só conseguimos defender determinados pontos de vista com uma participação abrangente. No último CNP, nós fomos com o mínimo de delegados. Foi uma boa participação, mas acho que poderia ser melhor se mandássemos mais delegados. Convidamos os psicólogos a participar

porque há muitas lutas a serem colocadas, como a questão do nosso piso salarial, carga horária, práticas dentro do controle social, políticas de assistência etc. Quem está na prática vê muita coisa acontecendo e o CNP é o espaço para cobranças e propostas”, conclui Vivian.

Para compreender essa importância do Congresso Nacional de Psicologia, basta avaliar as ações desenvolvidas pelo Sistema Conselhos nos últimos três anos, a partir das diretrizes do VI CNP. Seguindo essas resoluções, os conselhos regionais e Federal foram responsáveis por inúmeras campanhas, debates e outras atividades que contribuiriam para desenvolver a Psicologia enquanto ciência e profissão.

O CRP-RJ foi um desses atores e traçou estratégias para dar continuidade às diretrizes do VI CNP, em todas as áreas apontadas pelo Congresso. Veja nas reportagens até a página 13 como essas ações foram desenvolvidas no Rio de Janeiro e como elas beneficiaram a categoria dos psicólogos.

***Veja as entrevistas dessa matéria na íntegra em [www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br)***

### Psicologia e Mídia

Com a convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) pelo presidente Lula em 2009, o CRP-RJ aprofundou sua discussão sobre a Psicologia e democratização da Comunicação. Por essa razão, o GT de Psicologia e Mídia foi responsável por um evento preparatório que ocorreu no dia 10 de novembro, em Niterói.

### Saúde Suplementar

O CRP-RJ vem desenvolvendo uma discussão sobre a inserção dos psicólogos nos planos de saúde, incluindo questões como o Ato Médico, os honorários, o número de sessões e a prática clínica. Para levantar essa reflexão no âmbito do COREP, foi realizado o evento preparatório “Saúde Suplementar em Debate”, no dia 14 de novembro. Participaram do evento represen-

tantes do CRP-RJ, do Sindicato dos Psicólogos do RJ, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, do CFP e de outros Conselhos Regionais de Psicologia.

### Sistema Prisional

O principal tema debatido pelo CRP-RJ em 2009 no âmbito da inserção do psicólogo no Sistema Prisional foi o exame criminológico. Essa prática, sobre a qual o Conselho tem uma posição crítica, tem estado na pauta de debates da mídia e da sociedade. Por essa razão, o GT Psicologia e Sistema Prisional realizou, no dia 24 de novembro, um evento para debater esse instrumento e estimular a sua discussão no COREP. As conselheiras Maria Márcia Badaró Bandeira (CRP 05/2027), coordenadora do GT, e Ana Carla Souza Silveira da Silva (CRP 05/18427) conduziram o debate, que contou com a presença de psi-

cólogos e outros profissionais que atuam no Sistema Prisional.

### Psicologia Social e Educação

Um tema constantemente debatido pelo CRP-RJ é a Psicologia na Educação. Dando continuidade a essa discussão, a Comissão de Educação, em parceria com a Abrapso e a UFRJ, promoveu o evento “Psicologia Social e Educação: Cartografando Práticas”, no dia 26 de novembro.

O encontro teve como objetivo promover um diálogo sobre o tema e estimular reflexões nos espaços coletivos de ação. A conselheira do CRP-RJ Rosilene Souza de Cerqueira (CRP 05/10564), presidente da Comissão de Educação, participou da mesa de abertura e falou da importância de se pensar um novo modelo de Educação que fuja da lógica medicalizante.

# Direitos Humanos e participação nos

O VI CNP traçou diversas diretrizes relacionadas aos direitos humanos e ao diálogo com os movimentos sociais, visando à busca de melhores condições sociais. Esses dois aspectos se entrelaçam, já que não é possível pensar em mais benefícios sociais e ampliação de cidadania sem relacioná-los aos direitos humanos.

O CRP-RJ já vinha se pautando, desde o XI Plenário (2004-2007), pelo compromisso com a ética e os direitos humanos, política continuada no XII Plenário (2007-2010). A partir das diretrizes do VI CNP, esse projeto só se reafirmou e diversas ações foram

implementadas para permitir sua continuidade.

A Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) foi a principal condutora dessas ações, juntamente com grupos de trabalho criados a partir da percepção de que alguns desses debates precisavam ser aprofundados.

Entre as atividades da CRDH, esteve a organização dos Seminários de Psicologia e Direitos Humanos, que trataram de temas presentes, direta ou indiretamente, nas diretrizes do VI CNP. Dessa forma, em 2007, foi discutida a Psicologia do trabalho; em 2008, a Judicialização da vida; e, em 2009, a Psicoterapia como pena (veja mais na página 19). A Comissão propôs ainda reflexões acerca de diversos outros temas nos eventos “Trocando em Miúdos” e em outras atividades conduzidas nesses últimos anos.

## Diversidade Sexual

O Sistema Conselhos já vem atuando na garantia de direitos à população LGBT há mais de uma década. Em março de 1999, por exemplo, o CFP publicou a Resolução 001/99, que impede o

psicólogo de discriminar qualquer pessoa por orientação sexual ou de propor “cura” para a homossexualidade.

“A Resolução 001/99 estabelece diretrizes éticas para o trabalho do psicólogo frente a questões relacionadas à orientação sexual, a partir do pressuposto de que a Psicologia não entende homossexualidade como desvio,

patologia ou perversão, mas como uma expressão da sexualidade, como qualquer outra”, explica o conselheiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, (CRP 05/26077), presidente da CRDH.

Dando continuidade aos esforços do Sistema Conselhos, o VI CNP definiu entre suas diretrizes o “compromisso com os direitos sociais: a diversidade sexual”. Seguindo essa resolução e percebendo que ainda se fazia necessário um debate com a categoria sobre o tema, o CRP-RJ criou, em 2008, o Grupo de Trabalho Psicologia e Diversidade Sexual. “O que levou à criação do GT foi a constatação de que, em seus 10 anos de existência, muito pouco se discute acerca da Resolução 001/99. Ela precisa ganhar visibilidade para que seja de fato entendida como um instrumento de reflexão e atuação”, coloca Pedro Paulo.

Segundo o conselheiro, o GT desenvolveu diversas ações para levar adiante as diretrizes do VI CNP e ao compromisso do CRP-RJ com os direitos humanos. Entre elas, esteve a luta pelo fim do teste psicológico PCL-R, que avalia o nível de “psicopatia” de uma pessoa

por vários critérios, entre eles a sexualidade.

“Organizamos o I Seminário Nacional de Psicologia e Diversidade Sexual, com os conselhos que até aquela data já possuíam discussões sistematizadas acerca do tema e o CFP. A partir dessa reunião, pautamos um ponto de discussão na APAF para a criação de um GT Nacional. Estabelecemos três pontos prioritários para esse GT: posicionamento acerca da participação de psicólogos no processo transexualizador, criação de um seminário nacional para discussão do tema e a retirada da favorabilidade do SATEPSI ao teste psicológico PCL-R, de diagnóstico de psicopatia, por trazer, entre outras aberrações, a sexualidade como critério diagnóstico”.

## Relações Raciais

“O compromisso com os direitos sociais: a questão racial” foi outra das diretrizes do último CNP, também relacionada não só aos movimentos sociais, mas aos direitos humanos de forma mais ampla. A fim de promover discussões sobre o tema, em 2008, o CRP-RJ criou o Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais como parte da Comissão de Direitos Humanos.

Segundo a conselheira e coordenadora do GT, Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), a criação do grupo serviu para incluir os psicólogos no debate sobre o racismo no Brasil. “Foi a partir da década de 1990 que as discussões começaram a ganhar

corpo, quando o governo promoveu mudanças no tratamento da realidade da população negra. Em 2002, o CFP baixou a Resolução 018/02, que estabelece normas de atuação do psicólogo em relação a preconceito e discriminação racial. En-



*Seminário de Direitos Humanos de 2009*



*Seminário Nacional de Psicologia e Diversidade Sexual*

# movimentos sociais

tendo que, se a resolução existe, é porque se quer marcar um posicionamento da instituição sobre o assunto. Por isso, estarmos nesse debate é fundamental”.

Para colocar na prática as diretrizes estabelecidas pelo CNP, o GT organizou rodas de conversa para sensibilizar os psis em relação a alguns aspectos da realidade da população negra, abordando temas como educação, ações afirmativas e saúde dessa parcela da sociedade.

Segundo Conceição, ainda é possível trabalhar mais as questões levantadas no Congresso. “Durante os encontros, tivemos a oportunidade de dialogar com profissionais de outras áreas, permitindo um estreitamento dos contatos. Dando continuidade ao nosso trabalho, pretendemos, cada vez mais, despertar o envolvimento político dos profissionais da Psicologia na temática do racismo. Além disso, queremos atuar junto aos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito a denúncias de situações de violação de direitos, ameaças à saúde e à integridade física dos indivíduos”.

A conselheira acredita que o mito da democracia racial, tão presente na sociedade brasileira, ainda atrapalha que o racismo seja visto claramente. “Não se pode falar em democracia quando não há igualdade de oportunidades. Logicamente, não é algo expresso em lei ou qualquer outra forma legal de restrição de direitos, mas algo sutil e ao mesmo tempo visível a quem quer ver. Basta olharmos a forma como os espaços na cidade são ocupados. Então que democracia é esta?”, questionou a conselheira.

Apesar da evolução dos debates sobre a questão racial, o tema ainda é muito recente na Psico-

logia devido à ausência de disciplinas na formação dos psicólogos, além de uma incipiente aproximação entre os profissionais psis e a população negra e suas demandas. “Isto significa, entre outras coisas, considerar uma mudança curricular de modo a incluir políticas públicas para esta população. Penso que é preciso, primeiramente, problematizar a democracia que vivenciamos, enxergando o racismo em nós mesmos e admitindo que existem dificuldades em enxergar negros e brancos fora dos lugares onde se espera que eles estejam”.

## Democratização da Comunicação

Devido à importância social da democratização dos meios de comunicação e à necessidade de inserção dos psicólogos na discussão do tema, o CRP-RJ aprovou, em abril de 2009, a criação do Grupo de Trabalho de Psicologia e Mídia. Sobre o assunto, o VI CNP estabeleceu, dentre outras diretrizes, que os Conselhos devem incentivar a formação profissional dos psicólogos para avaliação crítica na área da comunicação, fortalecendo a leitura da relação subjetividade-mídia.

Segundo a conselheira e coordenadora do GT de Mídia, Noeli de Almeida

Godoy de Oliveira (CRP 05/24995), a ideia inicial do grupo era pensar propostas que não fossem de encontro à liberdade da comunicação e à democracia. “O GT começou a pensar em propostas que fossem potencializadoras da democracia e da liberdade de expressão, quebrando completamente com esse pavor do retorno da censura, porque já imaginávamos que o contrargumento dos em-



*Evento do GT de Relações Raciais*

presários seria esse. Para dialogar com a categoria sobre o assunto, realizamos diversos encontros em vários lugares do Rio de Janeiro”.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (1ª Confecom), fruto da luta do Movimento Pró-Conferência, do qual o CFP e o CRP-RJ fazem parte, aconteceu em dezembro de 2009, em Brasília. Para Noeli, a convocação da Confecom é um momento histórico para todos que buscam uma democratização da comunicação, inclusive para a Psicologia. “Temos que pensar os efeitos produzidos pela mídia na formação das subjetividades, além de propor transformações dessa realidade de massificação em potencialização das diferenças. O CRP-RJ propõe uma maior participação nos mecanismos de controle social, pensando junto com a sociedade qual a melhor maneira de, por exemplo, intervir na qualidade do conteúdo”.

Outra questão ressaltada por Noeli é a participação da Psicologia na forma de a sociedade se relacionar com os meios de comunicação. “Temos que pensar em mecanismos de educação para o uso crítico da mídia, de quais são as possibilidades de sermos agentes transformadores, para que todos possam ter espaço, contribuindo com o seu conteúdo. Também precisamos rever o processo de distribuição das concessões automáticas para que ela funcione de forma realmente pública”.



*Roda de conversa de Psicologia e Mídia*

# Os lugares do psicólogo nos espaços de intervenção

Qual o lugar do psicólogo? Ou melhor: existe realmente um espaço pré-determinado para a atuação do profissional em Psicologia? Díficeis de serem respondidas, essas questões traduzem temas cada vez mais pertinentes nos debates da Psicologia no Brasil.

O fato é que a intervenção psi vem sendo bastante requisitada a estar presente em diversos espaços e de diversas formas. Nem sempre, porém, limites técnicos e éticos desse profissional são levados em conta ou respeitados. A preocupação em torno desses impasses permeou os debates do VI Congresso Nacional de Psicologia, o que pode ser notado pela quantidade de teses enviadas e deliberações sobre esses temas.

O CRP-RJ, seguindo as diretrizes tiradas no CNP – e de acordo com suas próprias bandeiras políticas – vem sendo uma grande arena de debates, à qual a categoria tem recorrido para rever e problematizar os lugares assumidos pelos psicólogos nos diversos espaços institucionais. Essas discussões são promovidas ou acompanhadas pelas comissões e grupos de trabalho do Conselho.

Muitas são as problemáticas detectadas no campo da atuação psi nesses espaços institucionais e algumas têm chamado especial atenção dos profissionais do estado do Rio nos últimos três anos.

## Psicoterapia e Ano Temático

O espaço clínico é a área de atuação que mais atrai os profissionais de Psicologia: cerca de 80% dos psicólogos brasileiros atuam com Psicoterapia. Atentos a esse fato, os delegados do VI CNP deliberaram a necessidade de criar fóruns permanentes de debate e articulação entre psicólogos e entidades atuantes no campo.

Dessa forma, o Sistema Conselhos de Psicologia elegeu o ano de 2009 como o Ano da Psicoterapia. No CRP-RJ, foi criada uma Comissão Organizadora



*Seminário Regional do Ano da Psicoterapia*

para promover o cronograma de eventos para o estado do Rio. No total, foram oito eventos preparatórios em diversas regiões do estado, que contaram com a participação de mais de 250 psicólogos.

De acordo com a conselheira coordenadora da Comissão de Saúde e da Comissão Organizadora, Ana Carla Souza Silveira da Silva (CRP 05/18427), “os eventos foram organizados para dar visibilidade à atuação de cada profissional e aos impasses que eles encontram em relação à prática psicoterápica, envolvendo várias linhas teóricas presentes na Psicologia”. Segundo ela, as discussões buscaram contemplar as teses aprovadas no VI CNP e pautadas em cima das preocupações expressas pelos psicólogos de todo o país.

## Saúde Suplementar

Outra grande preocupação do CRP-RJ é a atuação do psicólogo na saúde suplementar, uma área que ainda gera grande descontentamento. Segundo a conselheira e coordenadora dos debates sobre Saúde Suplementar do CRP-RJ, Ana Lucia de Lemos Furtado (CRP 05/465), as principais queixas por parte dos psicólogos que atuam em planos de saúde se referem à exigência de autorização médica para o atendimento, pré-determinação do número de sessões e baixos honorários.

Essas preocupações também fizeram parte dos debates do VI CNP. Para a conselheira, “a inserção do CRP-RJ nas discussões sobre Saúde Suplementar se deu a partir de duas vertentes: a diretriz política do VI CNP com relação à atuação do psicólogo e a constante reclamação da categoria junto à Coordenadoria Técnica do Conselho”.

O CRP-RJ tem realizado ações no sentido de ampliar os espaços de interlocução entre a categoria, a ANS e operadoras de saúde, dando maior visibilidade às demandas dos psicólogos. Outra mobilização foi contra a aprovação do Ato Médico, projeto de lei que estabelece as práticas privativas dos médicos, subordinando as demais áreas de saúde à Medicina (saiba mais na página 20).

## Psicologia e Justiça

A Justiça é outro campo de atuação psi que tem se tornado bastante sensível para os psicólogos. Pensando nos problemas técnicos e éticos que afetam os



*Debate sobre Saúde Suplementar*

profissionais que atuam nesse espaço, foi deliberada, no VI CNP, a necessidade de os CRPs estimularem as discussões em torno do tema com a criação de Comissões Especiais de Psicologia Jurídica.

Segundo as diretrizes do CNP e buscando problematizar o lugar do psicólogo nesse espaço, o CRP-RJ instituiu, no final de 2007, a Comissão de Psicologia e Justiça, coordenada pela conselheira Eliana Olinda Alves (CRP 05/24612). “A ideia é discutir, a partir da Comissão, as práticas psi no campo de saber da Justiça e refletir sobre o que esses profissionais entendem ser o campo sociojurídico. É possível uma relação ética nas práticas que se dão na interface entre Psicologia e Justiça”, afirma Eliana.

Sobre as principais questões debatidas pela Comissão, a conselheira aponta as demandas específicas produzidas pelos psicólogos que atuam na área, como proteção à infância, atuação no Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, “alienação parental”, exame criminológico e Depoimento sem Dano, contra o qual o Sistema Conselhos se posicionou oficialmente no VI CNP.

## Sistema Prisional e exame criminológico

Ainda no campo da Justiça, o VI CNP propôs algumas diretrizes sobre a atuação do psicólogo no Sistema Prisional, entre elas, a construção de referências para a prática profissional e o fortalecimento da parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), as secretarias envolvidas e as entidades de controle social.

Nesse sentido, em 2008, o CRP-RJ instituiu o Grupo de Trabalho de Psicologia e Sistema Prisional. De acordo com Maria Márcia Badaró Bandeira (CRP 05/2027), conselheira e coordenadora do GT, “a demanda maior do VI CNP é a discussão sobre o fim

# venção psi

das prisões, tendo em vista que esse dispositivo só contribui para o aumento da violência e da criminalidade. A criação do GT é fruto de um processo político, técnico e ético de construção coletiva”.

Um dos temas mais polêmicos no que diz respeito à prática profissional nas prisões é o exame criminológico, instrumento exigido por muitos juízes como requisito para concessão de progressão de regime. “Jamais poderemos dizer ao juiz se a pessoa presa colocará a sociedade em risco ou não. Acham mesmo que um exame feito em, no máximo, meia hora, sem qualquer critério científico e, principalmente, violador da ética profissional, poderá dar conta da complexidade que envolve a criminalidade e a violência? É, no mínimo, ingênuo”, pontua Márcia.

## Saúde Mental e a Luta Antimanicomial

Há 30 anos, setores expressivos da Psicologia e da sociedade civil no Brasil ergueram a voz contra os manicômios e a favor de uma reforma que garantisse a cidadania dos usuários de saúde mental. O Sistema Conselhos foi uma das primeiras entidades a se comprometer com a Reforma Psiquiátrica.

No último CNP, o tema esteve presente nas discussões, com uma deliberação sobre a formação do

psicólogo em saúde mental e seu comprometimento com a reforma, projeto que continuou a ser seguido pelo CRP-RJ. “O Conselho tem tido como agendas principais a afirmação da importância da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial como políticas públicas legítimas na sociedade brasileira”, afirma a conselheira e coordenadora da Comissão de Saúde, Ana Carla Silva.

Ana Carla ressalta que a agenda da Comissão contempla ainda outras discussões, todas presentes nas diretrizes do último CNP, tais como o controle social da saúde, as políticas públicas para o campo, a saúde suplementar, a Atenção Básica, o acompanhamento da situação de manicômios judiciais e a inserção da Psicologia na Psicoterapia. “A Comissão de Saúde entende que o mais importante nesse contexto todo é a defesa do Sistema Único de Saúde e de seus princípios, como a construção do trabalho intersetorial e interdisciplinar em rede no território em que as pessoas vivem”, aponta ela.

## Psicologia das Emergências e dos Desastres

O debate sobre a Psicologia das Emergências e dos Desastres tem ganhado cada vez mais espaço,



*Ato pela Reforma Psiquiátrica*

principalmente em regiões mais vulneráveis a essas situações. Essa área de atuação envolve desde fenômenos naturais até situações produzidas pelo próprio ser humano, como enchentes, secas, queimadas, fome e epidemias.

Em consonância com as deliberações do VI CNP, o CRP-RJ está atento a essas questões e, por isso, sua subseção da Região Serrana – região bastante afetada por essas situações – vem promovendo a articulação entre os psicólogos e com os demais profissionais atuantes na chamada Rede de Cuidados da Região Serrana.

Segundo a conselheira e coordenadora da subseção, Samira Younes Ibrahim (CRP 05/7923), esse é um tema novo dentro da Psicologia, embora venha ganhando visibilidade nos últimos anos. “O tema está crescendo, impulsionado pelos acontecimentos

## Comissão de Estudantes

O VI CNP teve como uma de suas diretrizes o “diálogo com estudantes de Psicologia, com vistas a contribuir para o fortalecimento de seu compromisso ético-político”. Essa diretriz foi traçada a partir das propostas dos psicólogos, levantadas nas etapas regionais e confirmadas no CNP. Nesse sentido, as gestões dos conselhos regionais e Federal deveriam buscar a aproximação com esses futuros profissionais psicólogos nos três anos seguintes (2007-2010).

Para garantir esse diálogo, o CRP-RJ criou, em 2008, o Coletivo de Estudantes, que reuniu diversos desses psicólogos em formação e abriu espaço para que trouxessem suas demandas e sugestões. Foram realizadas atividades dentro do Conselho e nas universidades, sempre tentando convidar o máximo de estudantes possível. Segundo a conselheira presidente da Comissão, Ana Lucia Furtado, “a aproximação foi favorecida pela política de ação da gestão Ética e Compromisso Social, do XII

Plenário, de promover atividades abertas a psicólogos e estudantes de Psicologia consonantes com o movimento de democratização do Sistema Conselhos. A participação dos estudantes fez surgir a demanda de um espaço de protagonismo nas ações desenvolvidas no Conselho de forma a possibilitar e ampliar o acesso às discussões relativas às práticas em Psicologia em suas relações com a formação sob um viés crítico”.

O Coletivo deu origem à Comissão de Estudantes, que continuou esse trabalho de aproximação com os universitários através várias atividades, como as oficinas, realizadas nas faculdades, no CRP-RJ e em outros espaços. “O Conselho resolveu criar a Comissão para atender ao objetivo de colocar em análise diferentes práticas em Psicologia como eminentemente políticas e produtoras de modos de subjetivação, problematizando os efeitos que as mesmas produzem na sociedade. A partir de elabo-

ração conjunta de estudantes, conselheiros e docentes, foi elaborado o projeto que deu origem à Comissão de Estudantes em 14 de março de 2009”, explicou Ana Lucia.

Uma novidade da Comissão foram os Fóruns de Debates, que discutem a formação relacionada com alguma temática específica. Em 2009, foram realizados dois desses fóruns: em 16 de setembro, com o tema “Formação e Ética”, e em 11 de novembro, discutindo “Formação e Direitos Humanos”.

De acordo com Ana Lucia Furtado, “entre as diretrizes do VI CNP, incentiva-se uma política de aproximação e acolhimento aos recém-formados que propomos estender aos psicólogos em formação, criando espaços de interlocução e trocas produtivas, articulando redes com as instituições formadoras e com os movimentos sociais e incluindo também as outras comissões e os grupos de trabalho do CRP-RJ”.

mundiais. Na Rede, trabalhamos com dois eixos: o da prevenção e o da ação. No campo da prevenção, uma das nossas maiores preocupações é a dengue. Já estamos no verão e são necessários cuidados para prevenção da doença. Disponibilizamos no nosso site, por exemplo, uma lista com cuidados que podem ser tomados”.

Conforme revela Samira, as ações do CRP-RJ no campo começaram em setembro de 2007, quando o XI Plenário decidiu revitalizar a subsele da Região Serana, intensificaram-se em 2008, com uma enchente que abalou a cidade de Petrópolis, e continuarão em 2010, preparando debates e teses para o CNP. “O VII CNP é a possibilidade de nossa participação para transformar as diretrizes dos conselhos de Psicologia. É a oportunidade de o Psicólogo criar as referências do papel, da formação, da estruturação de trabalho e da ação do psicólogo na área de emergências e desastres”.

### Psicologia e Educação

Entre as diretrizes do VI CNP, várias abordavam diferentes questões relativas à Educação. Por essa razão, foi deliberado no Congresso que 2008 seria o Ano da Educação do Sistema Conselhos. Para conduzir essas discussões e propor uma reflexão em torno da área, foi criada, no CRP-RJ, a Comissão de Educação. “O Ano da Educação foi tematizado a partir de uma proposição do VI CNP e representou a inclusão do tema da Educação na pauta do Sistema Conselhos. Essas atividades representaram um potente dispositivo para abrir o diálogo com os psicólogos que atuam neste campo”, afirma a conselheira Rosilene Souza de Cerqueira (CRP 05/10564), presidente da Comissão.

A educação inclusiva foi uma das questões definidas pelo CNP para serem abordadas no Ano da Educação. Segundo membros da Comissão de Educação, o tema é discutido pelo Sistema Conselhos desde 2004 e existem diversas deliberações do VI CNP que versam sobre o assunto. A Comissão problematiza o termo *educação inclusiva* e traz

outros diretamente ligados à ideia de inclusão escolar, desvinculando a questão da inclusão de um indivíduo e pensando o que gera exclusão dentro do espaço escolar.

Outro tema da área de Educação que o VI CNP delimitou foi a inserção da Psicologia no ensino médio. “O CRP-RJ levou para o Seminário Nacional do Ano da Psicoterapia um posicionamento que não foi o hegemônico, mas que também atende à deliberação do CNP de refletir sobre o tema. Os psicólogos do Rio presentes no Seminário Regional discordaram da proposta de inclusão da Psicologia como disciplina no ensino médio. Os argumentos se basearam na crítica à

disciplinarização dos conhecimentos, que promove uma compartimentalização dos saberes ao invés de sua necessária articulação. Pensamos que precisa ser posto em análise o currículo do Ensino Médio e a formação do estudante. Defendemos que as questões ligadas à Psicologia sejam transversalizadas e discutidas amplamente”, diz a conselheira.

Rosilene ressaltou ainda outro ponto discutido no VI CNP que foi levado adiante pela Comissão de Educação. “Um dos itens do CNP trata da inserção e qualificação dos psicólogos que atuam na Educação. O Sistema Conselhos atualmente faz uma campanha para a aprovação do PL 60/2007, que prevê a inserção de psicólogos e assistentes sociais nos sistemas públicos de ensino dos estados e municípios”.

### Psicologia do Esporte

Sobre a Psicologia do Esporte, o VI CNP definiu, no III Eixo, uma ampliação do campo e produção de referências na área, destacando a pro-

moção de pesquisas a respeito da atuação do psicólogo que trabalha com esporte e atividade física. Outra diretriz traçada foi a organização de eventos que contemplem as práticas do profissional psi na área esportiva.

Visando a articular tais decisões, o CRP-RJ criou, no segundo semestre de 2008, o Grupo de Trabalho Psicologia do Esporte. Segundo o conselheiro e coordenador do GT, José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767), o resultado da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, também abriu espaço para a discussão sobre a Psicologia do Esporte no Brasil. “Houve uma grande especulação sobre o (des)preparo psicológico dos nossos atletas. A criação do GT surgiu para atender a uma demanda dos profissionais que atuam nesta área”.

Os objetivos iniciais do Grupo eram realizar uma pesquisa nas universidades do estado, procurando saber em quais delas existia a disciplina de Psicologia do Esporte e quem são seus professores. O GT também discutiu políticas públicas voltadas para o esporte e estabeleceu um intercâmbio com os meios de comunicação para realização de eventos a fim de debater temáticas relacionadas ao esporte e à atividade física.

José Henrique comentou que o GT conduziu as diretrizes estabelecidas pelo CNP a partir da realização do ciclo de debates chamado Lance Livre. “Em nossos encontros, dialogávamos sobre os mais diversos temas, propostos a partir de sugestões dos psicólogos e participantes em geral do GT. Realiza-

mos ainda, em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP), o II Congresso de Psicologia do Esporte, em novembro, no Rio de Janeiro, cujo tema foi ‘Integridade e compromisso com a ética profissional na prática da Psicologia do Esporte’. O GT de Psicologia do Esporte também participou de outros eventos científicos, divulgando o trabalho realizado no Rio de Janeiro, a Psicologia do Esporte e estabelecendo contatos por todo o Brasil”.



*Evento sobre educação inclusiva*



*Evento do GT de Psicologia do Esporte*

# Participação da Psicologia nas políticas públicas

Quando falamos em políticas públicas, pensamos geralmente em políticas organizadas para atender ao bem-estar social, o que requereria um amplo debate prévio com os atores sociais envolvidos por essas políticas. Infelizmente, não é o que acontece na prática. Muitas vezes, políticas públicas são pensadas e implementadas sem diálogo prévio, gerando ações defasadas e sem efetivação prática.

Como muitas políticas públicas afetam a prática da Psicologia, o Sistema Conselhos defende uma maior participação desses profissionais na sua criação, fiscalização e fomento. Pensando nisso, o CRP-RJ decidiu instituir uma Comissão Regional de Psicologia Políticas Públicas (CRPPP), que envolve não apenas as atividades de pesquisa do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), mas, principalmente, atividades relacionadas à transversalização das discussões entre todas as comissões do CRP-RJ.

De acordo com o conselheiro coordenador da CRPPP, Lindomar Darós, a ideia da Comissão é “deixar bem delimitado que política pública é muito mais do que um ciclo de pesquisa. Pretendemos, com a CRPPP, levar a termo a proposta de transversalizar as diversas comissões do Conselho, pensando sempre no lugar dessas temáticas nas políticas públicas”.



*Encontro do CREPOP sobre trânsito e mobilidade urbana*

Entre as diretrizes do VI CNP, está o fomento das pesquisas do CREPOP – ele próprio fruto de um CNP anterior –, mas as decisões do Congresso também afetam sua condução de diversas formas. “Pensamos quais são os temas que o Sistema quer aprofundar e o CREPOP tenta se adaptar a essas perspectivas”, afirma Beatriz Adura, assistente técnica psicóloga do CREPOP-RJ.

## Controle Social de Políticas Públicas

Outro espaço potente de intenção psi no campo das políticas públicas é o controle social. “O espaço de controle social é onde se fiscalizam e fomentam as políticas públicas. Ele é um ganho do processo de

democratização do Brasil: é lá que as discussões têm que acontecer. Valorizamos esses espaços, e uma forma de valorizar é mostrando que se está presente e atuante”, afirma a psicóloga e conselheira do CRP-RJ Vivian Fraga.

No controle social, o psicólogo, assim como todas as demais categorias profissionais, pode participar por meio da gestão e da fiscalização das políticas públicas. O CRP-RJ tem uma participação ativa em muitos desses espaços, inicialmente por meio de sua Coordenadoria Técnica (COTEC) e agora através da CRPPP.

Vivian destaca que o objetivo do CRP-RJ – além de seguir as diretrizes do VI CNP – é buscar o protagonismo da Psicologia nesses espaços de criação e fiscalização de políticas públicas.

Ainda de acordo com a conselheira, para 2010, o CRP-RJ está organizando uma agenda especial para o tema. “No nosso plano de trabalho, apontamos uma produção com mais qualidade. Dentro da IV Mostra Regional de Práticas em Psicologia, vamos dar visibilidade a isso, além do próprio Seminário de Políticas Públicas, em fevereiro. Em ambos, a prática do Controle Social vai estar em pauta também. E nós estamos sempre abertos aos psicólogos que queriam participar do Controle Social”.

*Os interessados em participar podem enviar e-mail para [controlesocial@crprj.org.br](mailto:controlesocial@crprj.org.br).*

## Subsedes: o CRP-RJ indo aonde o psicólogo está

O VI CNP, em 2007, estabeleceu como diretriz o estímulo à mobilização, organização e participação política dos psicólogos de regiões afastadas da sede dos CRPs, como consequência de descentralização e interiorização da gestão.

No caso do CRP-RJ, essa preocupação já existia muito antes do VI CNP. Com a posse do XI Plenário, em 2004, a ideia de o Conselho “ir aonde o psicólogo está” ganhou força a partir da realização de várias oficinas itinerantes pelas principais cidades do interior do estado. O objetivo era fomentar uma maior articulação política dos psicólogos de cada região.

A partir de 2007, com a posse do XII Plenário, o CRP-RJ – agora pautado pelas diretrizes do VI

CNP – empreendeu uma política de revitalização das suas sedes. As sedes da Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, e da Região Serrana, em Petrópolis, passaram a funcionar como verdadeiros centros de mobilização de psicólogos.

No começo de 2009, o CRP-RJ iniciou uma política de expansão das sedes, inaugurando, em abril, em Campos dos Goytacazes, a do Norte-Fluminense. Paralelamente, o Conselho instituiu Comissões Gestoras para atuarem como fomentadores políticos nas sedes da Região Serrana, da Baixada Fluminense e do Norte-Fluminense. Cada Comissão, desde então, tem desenvolvido atividades e eventos para aproximar os psicólogos.

Segundo o conselheiro do CRP-RJ José Novaes,

“o objetivo é que as sedes não tenham uma função meramente burocrática, mas incentivem a mobilização política dos psicólogos na região”. Seguindo essa linha, os debates do Ano da Educação (2008), do Ano da Psicoterapia (2009), dos Fóruns de Ética e do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foram levados também para o interior.

Conforme afirma o conselheiro Lindomar Darós, coordenador do CREPOP-RJ, a interiorização está presente na concepção do CRP-RJ e é também uma diretriz do próprio Sistema Conselhos. “Precisamos interiorizar as discussões para que o interior seja um lugar em que se produz cultura e se efetivam políticas”.

# Prestação de contas de 2009

De acordo com o princípio da transparência na gestão, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro apresenta o Demonstrativo de Resultados de 2009.

## DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE JAN a NOV 2009

### Receitas

Receitas de Contribuição	4.755.740
Receitas de Contribuições de anos anteriores	1.124.895
Receitas Patrimoniais	527.166
Receitas de Serviços	92.170
Novas Receitas	263.548

**Total das Receitas Brutas 6.763.519**

### Transferências (-)

Conselho Federal de Psicologia	1.604.292
--------------------------------	-----------

**Total das Receitas Líquidas 5.159.227**

### Despesas (-)

Pessoal, Encargos Trabalhistas, Diárias e Sentenças judiciais	3.378.474
Materiais de Consumo	126.480
Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	435.261
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	62.013
Impressão Gráfica	180.777
Transporte e Hospedagem	137.813
Congressos, Fóruns e Eventos	172.643
Serviços de Assessoria	177.018
Terceirização	395.385
Seguros, Condomínio e Locação	33.656
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	180.230
<b>Total das Despesas de Operações</b>	<b>5.279.750</b>

### Investimentos (-)

Programas de Informática	13.383
Máquinas, Motores e Equipamentos	7.267
Mobiliário em Geral	6.526
Equipamentos de Informática	106.991
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>134.167</b>

**Resultado Financeiro do período (254.690)**

**Roner Tavares**

Contador CRC/RJ-097613/O-8

**Lindomar Expedito Silva Darós**

Conselheiro-tesoureiro - CRP 05/20112



A partir do momento de sua inscrição no CRP-RJ, o psicólogo, obrigatoriamente, deverá cumprir com o pagamento de anuidade e taxas que lhe são impostas.

A anuidade é um tributo, fixado por lei, que deve ser recolhido, à vista ou parcelado, nos primeiros meses de cada ano. A falta deste recolhimento pode gerar penalidades aos psicólogos, como inscrição na Dívida Ativa da União e posterior cobrança judicial.

A anuidade é também, antes de tudo, a fonte de sustentação de todas as ações políticas do Conselho em prol da categoria.

Ao psicólogo que não exerça a função, é facultado o direito de ter ou não registro no CRP. Caso opte por se inscrever, somente deixará de ser obrigado a cumprir com as obrigações pecuniárias quando solicitar, por escrito, o cancelamento do registro. O psicólogo, a qualquer tempo, poderá pedir a reativação do registro cancelado, mantendo o número inicial.

Os Conselhos precisam da participação ativa e também dos compromissos dos profissionais inscritos. Participe das Assembleias e das atividades, atualize seu cadastro, pague a anuidade em dia. Fique legal com a Psicologia.

## CFP premia psicólogos do Rio por trabalhos na área da Educação

Psicólogos do Rio de Janeiro foram premiados na edição de 2009 do Prêmio Profissional do Conselho Federal de Psicologia sobre “Experiências profissionais na construção de processos educativos na escola”.

Com o trabalho “Escola não é ambulatório e psicólogo não é professor: que faz um psicólogo na Educação?”, a psicóloga Viviane

Pereira da Silva (CRP 05/31297) foi contemplada com o 2º lugar na categoria *Trabalho Individual*.

Na categoria *Trabalho em Equipe*, foi premiado, também em segundo lugar, o trabalho “Uma experiência na rede pública de ensino: a rede de proteção ao educando” de autoria das psicólogas Lys Teixeira de Alvarenga (CRP 05/

31773) e Viviane do Nascimento Oliveira (CRP 05/29588), e coautoria de Marise Cabral de Oliveira Maciel (CRP 05/10588) e Tereza Cristina da Motta Ribeiro (CRP 05/8157).

Em primeiro lugar na categoria *Trabalho Individual*, ganhou uma psicóloga do Rio Grande do Sul, e na categoria *Trabalho em Equipe*, foram premiadas profissionais de Santa Catarina.

# CRP-RJ discute manicômios judiciários

O CRP-RJ realizou no dia 7 de dezembro, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ), a ONG Justiça Global e a Associação Pela Reforma Prisional (ARP), o primeiro encontro do Fórum de Discussão sobre os Manicômios Judiciários do Rio de Janeiro. O evento ocorreu no Hospital de Custódia Henrique Roxo, em Niterói.

O Fórum foi resultado de visitas realizadas, no segundo semestre de 2009, em três hospitais de custódia do estado do Rio de Janeiro, para discutir os relatórios e a própria situação nessas unidades. O objetivo é estabelecer um dispositivo permanente de construção coletiva e democrática que possa avançar na adequação dos manicômios judiciários aos princípios do SUS e às diretrizes previstas na Lei nº 10.216/2001.

Abrindo o evento, o diretor do Hospital de Custódia Henrique Roxo, Marcos Argolo, destacou que já vêm ocorrendo mudanças no debate. A conselheira do CRP-RJ Wilma Mascarenhas explicou que o Conselho faz parte de um grupo de trabalho interinstitucional de Saúde Mental, composto também pelo GTNM/RJ, Justiça Global e outras instituições.

“O mote desse GT foi a discussão das políticas públicas no Rio de Janeiro, e voltamos nosso foco para o tratamento psiquiátrico em instituições totais. A origem dessa escolha foram as inspeções do CRP-RJ e outras instituições a hospitais do Rio, nos quais se constataram as péssimas condições a que estão submetidos os trabalhadores e, principalmente, os usuários”, afirmou.

Após a mesa, representantes de instituições que realizaram as visitas aos hospitais apresentaram seus relatórios. Wilma Mascarenhas, representando o CRP-RJ, falou sobre a visita ao Hospital de Custódia Heitor Carrilho. Rafael Dias, pesquisador da Justiça Global, apresentou o relatório do

Hospital Henrique Roxo, no qual foram realizadas duas visitas em agosto de 2009. Por fim, Flávia Freire, da ARP, apresentou o relatório do Hospital Roberto Medeiros, cuja visita ocorreu em 23 de setembro.

Em seguida, a palavra foi aberta aos diretores das unidades presentes nos relatórios e à Coordenação de Gestão em Saúde Penitenciária. Representando o Hospital Henrique Roxo, o diretor Marcos Argolo afirmou seu compromisso contra esse modelo de atendimento e afirmou que um dos problemas é que a lógica manicomial permanece.

José Augusto Viegas, diretor do hospital Heitor Carrilho, falou que seu objetivo é a “desospitalização responsável”. Jota de



Souza Tomaz, diretor do Hospital Roberto Medeiros, também declarou que a unidade tem rediscutido o modelo de Saúde Mental. Finalizando a mesa, Tânia Kolker, da Coordenação de Gestão em Saúde Penitenciária, apresentou um histórico dos manicômios judiciários, com os marcos legais.

Seguindo-se à mesa, houve uma apresentação do Teatro do Oprimido - Grupo Liberarte, com a peça de teatro-fórum “Anseios por liberdade”. A técnica do Teatro do Oprimido é a de contar um caso real que retrate uma situação com oprimi-

dos e opressores para, em seguida, pessoas da plateia entrarem no lugar dos personagens e mudarem os rumos da história - o que eles chamam de “expectadores”. A trama girava em torno de um hospital de custódia, mostrando os desafios diários de pacientes, psicólogos, assistentes sociais, defensores públicos, agentes penitenciários e gestores.

A última mesa do evento abordou os desafios e alternativas aos manicômios judiciários e teve coordenação da advogada Renata Lira, da ONG Justiça Global. Martinho da Silva, responsável pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, falou sobre a medida de segurança no contexto desse plano. Segundo ele, uma Portaria foi criada em 2003 para que o SUS chegasse ao Sistema Penitenciário, o que inclui os hospitais de custódia. “Hoje, 4.500 pessoas cumprem medida de segurança nesses hospitais no país. Temos que evitar que o hospital de custódia seja o destino necessário de pessoas em medida de segurança, evitando o inchaço dos hospitais e apostando na reinserção social dessas pessoas”.

Haroldo Caetano, promotor de Justiça do estado de Goiás, apresentou o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI - GO). “Desde a Lei 10.216/2001, o Brasil não tem base legal para ter manicômios judiciais. Ou seja, há oito anos, os manicômios judiciais funcionam na ilegalidade. Hoje, são basicamente espaços de tortura”, declarou.

Encerrando o evento, foi aberto um debate entre os convidados e os participantes. Uma das questões surgidas foi o exame criminológico, que vai contra o Plano explicado por Martinho, já que é uma prática pericial. Também foram abordadas questões como a cultura da vingança presente no Brasil, que dificulta a Reforma, e a falta de estruturação da Rede de Saúde Mental em muitos municípios.



# CRP-RJ comemora o Dia da Consciência Negra

Em 20 de novembro é comemorado o Dia da Consciência Negra. O CRP-RJ aproveitou a data para trazer à tona debates sobre como a Psicologia pode e deve se inserir no tema. Nesse sentido, o grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais promoveu dois encontros e apoiou um terceiro, todos discutindo a saúde da população negra e o racismo.

O primeiro foi uma roda de conversa realizada no dia 17 de novembro, na subsede de Nova Iguaçu, com a presença de conselheiros do CRP-RJ e convidados. Um grupo de alunos do Colégio Estadual Arruda Negreiro fez ainda uma apresentação de jongo, dança de resistência negra que teve origem nas fazendas do Vale do Paraíba.

No dia 25 de novembro, ocorreu o segundo

encontro, a roda de conversa “Consciência Negra: subjetividade e racismo”. Compuseram a mesa de abertura os conselheiros José Novaes (CRP 05/980) e Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), coordenadora do GT, que destacaram a importância de a Psicologia discutir o tema. Após a mesa, a Companhia da Saúde apresentou o esquete “racismo na saúde”, seguido pelo debate entre os membros do GT e os participantes.

Já no dia 4 de dezembro, o CRP-RJ apoiou e sediou o I Seminário População Negra e Saúde Mental do município do Rio de Janeiro, realizado pelo Instituto de Psicossomática Psicanalítica Oriaperê em parceria com a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. O even-



*Roda de conversa em Nova Iguaçu*

to foi composto por cinco mesas redondas com profissionais de diversas áreas da Saúde e gestores públicos.

## Subsede de Petrópolis realiza oficina sobre Psicologia das Emergências e dos Desastres

A Comissão Gestora da subsede da Região Serrana do CRP-RJ realizou, nos dias 2 e 3 de dezembro, na cidade de Petrópolis, uma oficina da Rede de Cuidados da Região Serrana/Psicologia das Emergências e dos Desastres. O objetivo do evento foi levar aos profissionais os dois eixos de trabalho da Rede de Cuidados: a discussão do papel e da atuação do psicólogo em emergências e desastres, e a prevenção e ação. A oficina foi realizada a pedido do coordenador da divisão de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Petrópolis, Rui Carlos Stockinger.

Na mesa de abertura, no dia 2, o conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP 05/980), falou sobre a atuação psi na área. “A inserção da Psicologia nas situações de emergências e desastres, através do Sistema Conselhos, é bem recente; foi em 2005 que os primeiros passos nesse sentido foram dados. O CRP-RJ é um dos pioneiros nesta área, através do trabalho da Comissão Gestora da subsede da Região Serrana, com vários eventos já feitos com este tema. Este se destina, especificamente, a estudar e discutir como os

psicólogos e psicólogas podem atuar na área”.

Também compuseram a mesa Rui Carlos Stockinger; a psicóloga Cléia Zanatta Clavery Guarnido Duarte, coordenadora do curso de



Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis e membro da Comissão Gestora da subsede do CRP-RJ; o conselheiro-coordenador da Comissão Regional de Direitos Humanos, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077); o Coronel Carlos de Paula, coordenador da Defesa Civil de Petrópolis; o coordenador do Comitê de Ações Emergenciais, Luiz Eduardo Peixoto; e a médica

psiquiatra e primeiro-tenente BM Corina Muller.

Na parte da tarde e no dia seguinte, foi realizada uma oficina com os participantes. A conselheira e presidente da Comissão Gestora da subsede, Samira Younes Ibrahim (CRP 05/7923), e o colaborador da Comissão Gestora Luiz Henrique de Sá (CRP 05/3571) coordenaram a oficina, apresentando a proposta, a organização e os desafios da Rede de Cuidados para os municípios da região serrana do estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente, foi realizada uma dinâmica sobre as dificuldades encontradas no dia-a-dia de trabalho. Samira pontuou a importância de contar com ação coordenada na estruturação do trabalho e a necessidade de refletir sobre como “viabilizar a inserção do trabalho do psicólogo com emergências e desastres em suas tarefas diárias”.

Luiz Henrique de Sá afirmou que a proposta da Rede de Cuidados é trabalhar nos eixos da ação e da prevenção, sem priorizar um ou outro. “Precisamos avançar um pouco mais na atuação psi na Rede. Precisamos que psicólogos, líderes comunitários e professores atuem na ação e na prevenção. A ação tem que ser articulada em equipe”.

# II Fórum de Ética tem debate sobre Ética e psicoterapias

O II Fórum de Ética, que aconteceu nos dias 23 e 24 de outubro de 2009, problematizou a ética nas práticas psicoterápicas. Na mesa de abertura, os conselheiros José Novaes (CRP 05/980) e Lygia Santa Maria Ayres (CRP 05/1832), do CRP-RJ, e Henrique Rodrigues, do CFP, apontaram questões como ética e psicoterapia serem inseparáveis e a necessidade de haver transparência e compromisso social por parte dos profissionais.

Na mesa principal, os palestrantes abordaram questões como a ética na terapia familiar sistêmica e na práxis clínica reichiana, além do lugar da

psicoterapia. A mesa seguinte tratou das relações da ética com a filosofia, ressaltando que o psicólogo deve adaptar suas ferramentas técnicas ao paciente, focando no cuidado com o outro.

O segundo dia do evento foi dividido em duas mesas, “Ética e Justiça” e “Psicoterapia, Formação e Ética”. Na primeira, os palestrantes abordaram os métodos de trabalho que os psicólogos desenvolvem com crianças e adolescentes em conflito com a lei, além da interface entre psicanálise e Direito. A última mesa do evento tratou dos aspectos éticos na relação entre terapeuta e cliente.



*Mesa de Abertura*

## Informes das comissões

### Comissão de Psicologia e Políticas Públicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) já definiu seus ciclos de 2010. Serão discutidas as atuações dos psicólogos no CRAS (março), no esporte (maio), na diversidade sexual (julho) e na inclusão do idoso (setembro).

Acompanhe o site [www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br) para mais informações. Para falar com a Comissão, entre em contato pelo e-mail [crepop@crprj.org.br](mailto:crepop@crprj.org.br).

### Comissão de Estudantes

Em 2010, a Comissão de Estudantes dará prosseguimento às oficinas itinerantes em universidades. Para tanto, a universidade ou os próprios estudantes podem entrar em contato com a comissão através do e-mail [comestudantes@crprj.org.br](mailto:comestudantes@crprj.org.br). O questionamento que norteia este trabalho é “Uma outra psicologia é possível?”.

Os fóruns de debates que vêm ocorrendo serão integrados com outras comissões do CRP-RJ, sob a forma de eventos preparatórios para o VII CNP. Um dos temas debatidos será a questão dos “especialismos”, discutido em conjunto com a CATE. Essas atividades podem ser realizadas em outros espaços além da sede do CRP-RJ.

A comissão também agradece a participação dos estudantes e a colaboração das instituições for-

madoras, que abriram as portas para a realização de dez oficinas em 2009. Essas oficinas têm privilegiado a reflexão acerca da dimensão ético-política na formação e do incentivo à protagonização dos estudantes.

### GT Psicologia e Sistema Prisional

No dia 24 de novembro, o Grupo de Trabalho Psicologia e Sistema Prisional do CRP-RJ realizou um debate sobre o exame criminológico. Esse exame, criado pela Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, é demandado pelo Judiciário aos psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais do Sistema Prisional com a finalidade de verificar se o preso está em condições de viver em liberdade sem riscos para a sociedade.

Devido à impossibilidade de um instrumento ser capaz de prever comportamentos futuros, o exame foi extinto em 2003 pela Lei 10.792, mas continuou sendo exigido no Rio de Janeiro pelo Ministério Público e por juízes. Em 2009, projetos de lei surgiram no Senado e na Câmara para reintroduzir o exame na LEP.

O debate, coordenado pelos conselheiros do GT Márcia Badaró, Pedro Paulo Bicalho e Ana Carla Silva, e por psicólogos colaboradores, contou com a presença de vários profissionais e estudantes. Foram levantadas questões como a ausência de cientificidade e as condições precárias e

antiéticas nas quais o exame é realizado, que contrariam as normas do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Os participantes encaminharam propostas ao CFP para emissão de Resolução sobre a prática do exame criminológico pelos psicólogos, e ao CRP-RJ para articulações políticas para impedir a aprovação dos projetos de lei e espaço na mídia para esclarecimentos à sociedade.

Para saber mais sobre o tema, veja artigo da conselheira Márcia Badaró na edição nº 25 do jornal do CRP-RJ (novembro/dezembro de 2009) e acesse o site [www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br). Também fique atento ao site para se informar sobre futuros debates.

### Comissão Gestora da subsede da Baixada Fluminense

A subsede do CRP-RJ da Baixada Fluminense, localizada em Nova Iguaçu, vem investindo na interação com a sede e com a categoria, através da discussão de temas relevantes para os psicólogos e a sociedade em geral. Nesse sentido, foram realizadas, em parceria com o Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais, duas rodas de conversa. A primeira ocorreu no Dia do Psicólogo, 27 de agosto, e a segunda, em 17 de novembro de 2009, em comemoração ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro), com o tema “Saúde da população negra”.

### • Assembleia Geral Extraordinária

*Eleição da Comissão Regional Eleitoral*

Dia 29 de janeiro de 2010

Local: Auditório do CRP-RJ – Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca, Rio de Janeiro

Informações: eventos@crprj.org.br

### • Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas

Dias 25 e 26 de fevereiro de 2010

Local: Univ. do Est. do Rio de Janeiro (UERJ)

Inscrições gratuitas: crepop1@crprj.org.br

Informações: (21) 2139-5442 / Veja box ao lado

**Mais informações sobre esses e outros eventos do CRP-RJ:**

**www.crprj.org.br / eventos@crprj.org.br / (21) 2139 5439**

## CRP-RJ participa da 1ª Conferência Nacional de Comunicação

Entre os dias 14 e 17 de dezembro, ocorreu em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (1ª Confecom). O Sistema Conselhos de Psicologia, que participou do Movimento Pró-Conferência e de todas as etapas que precederam a Confecom, esteve presente na Conferência levando teses e propondo reflexões acerca da influência da mídia na produção de subjetividades.

A conselheira do CRP-RJ Noeli de Almeida Godoy de Oliveira (CRP 05/24995) foi delegada na Confecom, sendo uma das representantes do Rio de Janeiro. Ela foi eleita na Conferência Estadual de Comunicação, realizada nos dias 30 e 31 de outubro. “Esse é um momento histórico: a Psicologia contribuindo para a democratização da comunicação, no sentido de pensar os efeitos que comunicação produz na formação das subjetividades e o que podemos fazer para transformar essa realidade de massificação numa realidade de potencialização das diferenças”, declara a conselheira.

Segundo ela, algumas das propostas levadas pelos psicólogos são a participação social nos mecanismos de acompanhamento dos conteúdos veiculados nas mídias e a regulamentação da publicidade dirigida para crianças. “O Sistema Conselhos questiona esse tipo de publicidade porque a criança não consegue discernir sobre que produtos/serviços contribuem eficazmente na sua formação. Propomos que a publicidade infantil seja

dirigida aos responsáveis e não diretamente à criança. A criança não tem como se defender dessa tática de mercado”, diz.

“Outra coisa que estamos discutindo são os mecanismos de educação para o uso crítico da mídia. Quais seriam as possibilidades de sermos agentes potencializadores, para que todos possam ter espaço, contribuindo com o seu conteúdo? Também nos colocamos contra as concessões automáticas, para o estabelecimento de critérios para que as concessões de televisão e outros meios de comunicação sejam de fato públicas, como determina a Lei”, completa Noeli.

Os delegados da Confecom se reuniram em 15 grupos de trabalho, cada um debatendo uma temática diferente. Os psicólogos se dividiram entre esses GTs, de acordo com a proximidade do tema com as propostas do Sistema Conselhos.

Algumas das conquistas alcançadas foram: aprovação da proposta pela regulamentação da publicidade infantil e da de bebidas alcoólicas; a ampliação da política de classificação indicativa; a reativação do Conselho Nacional de Comunicação, com ênfase na participação tripartite (Poder público, empresários e sociedade civil não empresarial); e a importância da Educação para a Mídia como eixo transversal nas disciplinas dos ensinos fundamental e médio e em cursos de extensão a serem criados sobre o tema nas diversas áreas das ciências sociais e humanas.

## Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas

A Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas (CRPPP) do CRP-RJ realizará, nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2010, o 1º Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas. O evento ocorrerá na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e tem entrada gratuita.

Segundo a CRPPP, o objetivo do encontro é, “a partir da percepção do turbilhão que perpassa o dia-a-dia do fazer público, discutir questões como: O que são as políticas públicas? Como estamos cuidando dessas políticas? O que estamos propondo como público e ao público? O que a Psicologia tem a ver com isso?”.

### Programação:

#### Dia 25 de fevereiro

**18h às 19h**

Abertura: Um salve ao público!

**19h às 21h**

Mesa 1: Encontros conceituais sobre a ética das políticas públicas

#### Dia 26 de fevereiro

**10h às 13h**

Mesa 2: Arranjos, olhares e desvios – dos métodos de análise e avaliação de políticas públicas

**13h às 15h**

Almoço

**15h às 18h**

Mesa 3: E por falar em Psicologia: nossos diversos modos de estar com o público.

**18h às 18h30**

Merenda

**18h30 às 21h**

Pré-congresso para o Congresso Regional de Psicologia (COREP)

Para mais informações e inscrições: crepop1@crprj.org.br ou (21) 2139-5442.

# Seminário de Direitos Humanos: Psicoterapia como pena

O V Seminário de Psicologia e Direitos Humanos teve como temática o uso da psicoterapia como pena, e contou com a presença de profissionais de diversas áreas. Na mesa de abertura, estiveram presentes o então conselheiro-presidente do CRP-RJ José Novaes (CRP 05/980) e o conselheiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077), presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos. Eles abordaram questões como a incipiente relação entre a Psicologia e o Direito, além do uso da psicoterapia para o aprisionamento da vida.

Na mesa principal, o palestrante Paulo Vaz abordou as mudanças na forma de ver o crime, que, segundo ele, passou da norma ao risco. “Antigamente, a função da prisão era reabilitar os presos e a ideia de crime estava atrelada a normalidade. Não é à toa que a prisão seja tão similar à família e à escola. Agora, ela serve como contenção de riscos e dissemina-se a visão de que a impunidade leva ao aumento da violência. Logo, preci-



Mesa de abertura

sariamos de penas mais severas”, explicou.

Ao final da palestra, a Companhia Marginal de Teatro do Complexo da Maré apresentou um esquete sobre as relações pessoais na comunidade, o uso de força excessivo dos policiais e marginalização da vida do outro.

No segundo dia, o Seminário contou com duas mesas. A primeira abordou os processos judiciais

na construção da pena, levantando pontos como o poder pastoral exercido pela polícia, a concepção do Direito como contrato jurídico obrigatório e “o que a Psicologia não quer” nos processos judiciais. Participaram da mesa o integrante do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol) Acácio Augusto, a professora da Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ Estela Scheinvar e a psicóloga e diretora técnica do CAPS-ad Centra-Rio Selma Amorim Pau Brasil (CRP 05/8290).

O segundo debate teve como tema “As práticas judiciais no cumprimento da pena”. Os palestrantes Sérgio Verani, desembargador e professor da Faculdade de Direito da UERJ, e Tania Dahmer, doutora em Serviço Social e Assistente Social da Secretaria de Administração Penitenciária, discorreram a respeito da ideologia da punição que permeia a sociedade e da burocratização do trabalho.

O evento foi finalizado com a mesa-festa *Valendo a Pena*.

## CRP-RJ participa de congresso sobre Psicologia do Esporte

Ocorreu de 26 a 28 de novembro, na UERJ, o II Congresso da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp). Com o apoio do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro na organização do evento, com o seu recém-encerrado Grupo de Trabalho de Psicologia do Esporte, o encontro tratou da “Integridade e Compromisso com a Ética Profissional na Prática da Psicologia do Esporte”.

O Sistema Conselhos de Psicologia também esteve presente nos apoios do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. O encontro contou com aproximadamente 120 participantes de vários estados do Brasil.

No primeiro dia, foram realizadas cinco oficinas: Terapia corporal, Arte terapia, Como elaborar projeto de pesquisa em Psicologia do Esporte, Intervenções em Psico-

logia esportiva em projetos de esportes educativos e Treinamento Mental.

Na cerimônia de abertura, o CRP-RJ foi representado pelo seu então conselheiro-presidente, José Novaes (CRP 05/980), que falou da importância da



Psicologia se apresentar como mais uma das possíveis ferramentas no trato com o esporte e com os atletas.

“Esse aumento da presença da Psicologia no es-

porte precisa ser organizado, sistematizado e, inclusive, regulamentado. Esse é um movimento que

não deve partir somente do Sistema Conselhos de Psicologia, mas também da iniciativa dos próprios profissionais psicólogos que atuam na área”, afirmou.

O Conselho também esteve presente na figura do seu conselheiro e coordenador

do GT de Psicologia do Esporte, José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767), que participou da mesa redonda *A Psicologia do Esporte em nível acadêmico: ensino e pesquisa – situação atual e perspectivas*, no dia 28. Ele afirmou que o encontro foi uma oportunidade de afirmar a prática do psicólogo no Esporte, área na qual o CRP-RJ já vem trabalhando.

# Sistema Conselhos se posiciona novamente contra o Ato Médico

Na sua última Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), realizada nos dias 12 e 13 de dezembro, o Sistema Conselhos se posicionou novamente contra o Ato Médico. Os presidentes dos 17 conselhos regionais e do CFP assinaram um manifesto que explica os motivos que levam o Sistema Conselhos a ser contra esse Projeto de Lei. O documento foi enviado ao presidente da República, aos senadores, deputados e ministérios envolvidos na questão.

O PL nº 7.703/06, conhecido como Ato Médico, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 21 de outubro. O substitutivo aprovado, de autoria do deputado Edinho Bez (PMDB-SC), define e regulamenta as atividades privativas dos médicos, mas não esclarece diversos pontos de conflito.

O Projeto de Lei foi apresentado em 2001 no Senado, onde foi aprovado em 2005, sendo encaminhado para a Câmara. Como foi modificado na Câmara, retornou ao Senado e, caso seja aprovado, será enviado para análise do presidente da República, que pode vetá-lo ou sancioná-lo.

O texto aprovado apresenta questões polêmicas. Mantém, por exemplo, que somente médicos podem exercer a direção e chefia de serviços médicos, mas não define o significado de “serviços médicos”, o que pode afetar os diversos serviços de saúde realizados por equipes multiprofissionais.

O substitutivo dá aos médicos a exclusividade do diagnóstico e da prescrição dos tratamentos. Dessa forma, retira da população o direito ao livre acesso aos profissionais de saúde sem que tenham que passar obrigatoriamente por uma consulta médica. O próprio relator do projeto pela Comissão de Educação e Cultura, deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), afirmou que o texto aprovado

provoca uma tutela dos médicos sobre outras profissões da área de saúde. Assim, o PL desconSIDERA a discussão da atenção à saúde da população e do papel dos profissionais da área de saúde no atendimento, suas responsabilidades e seus deveres.

O Sistema Conselhos não nega aos médicos o direito de terem uma regulamentação sobre sua profissão; porém, usando-a como pretexto, o projeto parece ser uma reserva de mercado disfarçada. E não se pode deixar de considerar significativo o fato de quase todas as profissões da área da saúde - Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Técnicos em Radiologia - terem se posicionado de forma contrária ao projeto do Senado.

Como tentativa de evitar a aprovação do PL, o CRP-RJ também enviou uma carta a todos os deputados e senadores, explicitando a posição

dos psicólogos, enquanto o CFP criou um site ([www.naoaoatomedico.org.br](http://www.naoaoatomedico.org.br)) para reunir os esforços relativos a esse tema. A posição da Psicologia também ficou marcada com um protesto realizado na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (veja mais na página 18).

O CRP-RJ continuará suas ações contra o Ato Médico e convoca toda a categoria para essa luta. Para isso, publicou em seu site ([www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br)) um abaixo-assinado contra o Projeto de Lei, que será enviado aos senadores. Para assiná-lo, basta clicar no banner presente na página principal do site e seguir as instruções. Até o fechamento dessa edição, o documento já contava com mais de 2.200 assinaturas - alguns dos comentários estão presentes nessa página. Assine você também!



*A aprovação do Ato Médico é dizer: “não estou interessado na forma como a população será atendida”. Isso significa centralização de poder e não trabalho e atendimento multidisciplinar e de melhor qualidade a todos os que vêm à nossa procura. Continuemos avançando e não vamos retroceder no tempo e no atendimento.*

**Daniele Vanuza Kosvoski**

*Em vez de ato médico, seria mais democrático discutir um “ato pela saúde”, onde estaria em jogo não o poder do médico, mas as questões éticas que determinados procedimentos envolvem. E para isso deveriam se reunir representantes dos mais diversos campos ligados à saúde.*

**Carlos Alexandre de O. Antonio** (psicólogo)

*Por que submeter várias categorias profissionais ao médico? Não há critérios capazes de sustentar essa posição de submissão. O ato médico, para dizer o mínimo, infantiliza os profissionais que sempre deram conta de seus ofícios.*

**Valéria Moura**

*Não que alguém negue a importância dos médicos, mas essa atitude desmerece todas as outras profissões, que, juntas, entendem o ser humano como um todo.*

**Mariana Costa** (nutricionista)

*Espero que todos os profissionais da saúde que prezam pelo seu ofício tenham consciência do que a aprovação do Ato Médico resultará em nosso cotidiano. Queremos apenas atuar de maneira digna, sem afetar nenhuma outra área. Ser médico não é brincar de ser Deus.*

**Cibelli de Oliveira França** (nutricionista)

*Como é possível que outro profissional atople de maneira antiética nosso trabalho e o coloque como um serviço subordinado ao seu, decidindo quando o paciente deverá se tratar, como será seu tratamento ou ainda quando este terá alta? Isso é totalmente descabido e, pior, é altamente prejudicial aos nossos pacientes.*

**Eloisa de Moraes Miranda** (fisioterapeuta)

*Como profissional da área do Direito, tenho por formação ser contra todas as medidas de cerceamento de direitos, principalmente aquelas de cunho profissional. Entendo que a classe médica não precisa dessa agressão aos psicólogos e outros profissionais da Saúde. Isso é desastroso para o nosso país, para a nossa sociedade e vergonhoso para a classe dos médicos.*

**Jairo Alfredo Seco** (advogado)

*O Ato Médico é uma maneira direta de “acorrentar” as demais áreas da saúde, limitando-nos o poder e a autonomia de exercer com excelência e fundamentação científica nossa profissão; mantendo assim o modelo biomédico, infelizmente ainda hegemônico.*

**Jessica Bernardes** (estudante de Enfermagem)

*O Ato Médico fere a liberdade da população ao acesso as diversas terapias e tratamentos que não os da medicina tradicional.*

**Rita Paula de Araújo Amantéa** (acupunturista)